

A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS AO USO DAS TIC

Resumo

Este artigo apresenta algumas reflexões a respeito das políticas públicas de inserção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na escola pública da rede estadual de Salvador e suas implicações para a melhoria da qualidade da educação, evidenciando os desafios político-pedagógicos. Para tanto, foi tomado como elemento base para as discussões aqui propostas, as políticas que envolvem a formação docente e a implantação de laboratórios de informática na escola. O estudo aponta que os principais desafios para a melhoria da qualidade da educação se encontram nas questões de infraestrutura da escola e de formação do professor para o uso das TIC.

Palavras-Chave: Tecnologias da Informação e Comunicação. Escola. Qualidade da Educação.

Sidneia Coelho da Silva

Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia (2010) e Coordenadora Pedagógica nas Secretarias Estadual e Municipal de Educação de Salvador.

Maria de Fátima Hanaque Campos

Doutora em História da Arte, professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana e professora colaboradora do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia.

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, no âmbito da educação escolar brasileira, o impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) trouxe uma nova perspectiva ao processo de ensino e de aprendizagem. Neste cenário, a TV, o videocassete, o retroprojeto, entre outros meios foram dividindo, ou mesmo cedendo espaço para a inserção de microcomputadores e da internet nas escolas. O acesso à rede universal de computadores, possibilitada pelos progressos das telecomunicações deixava claro o alcance da revolução tecnológica que vinha se consolidando na comunicação com o mundo.

Para a escola, este incremento nas tecnologias informáticas, trouxe a perspectiva da busca e acesso rápido à informação e também de servir como um meio de representação do conhecimento. Contudo, talvez uma perspectiva muito otimista a respeito da incorporação de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nas escolas públicas, deixou de considerar as dificuldades suscitadas neste processo de implementação, que diz respeito às condições estruturais da escola e à formação docente.

A partir destas considerações, pretende-se neste artigo fomentar uma reflexão acerca das questões de caráter político-pedagógicas que permeiam a relação TIC e educação, na perspectiva da escola pública da rede estadual de Salvador. Mesmo numa compreensão de que os espaços de aprendizagem não estão limitados à escola, entende-se que esta ainda detém importante papel a exercer na formação das pessoas, preparando os indivíduos para formas mais solidárias de convivência.

2 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA O USO DAS TIC NA ESCOLA

Como forma de intervir no processo de melhoria da qualidade da educação, as políticas de Informática Educativa foram inseridas, a partir de 1997, nas escolas públicas da Bahia. Em atendimento a estas políticas, diversos cursos têm sido

oferecidos, em âmbito estadual ou mesmo federal, aos professores da rede pública. As capacitações e qualificações em serviço em cursos de caráter de formação continuada têm sido implementadas visando promover a preparação destes profissionais para atuar com os ambientes tecnológicos de aprendizagem. Desde o início desta ação se considerava a premência da inserção dos sujeitos na sociedade da informação.

Com vistas à inserção dos recursos tecnológicos propiciados pelas TIC na escola mostrou-se relevante no campo educacional:

Compreender as diferentes formas de representação e comunicação propiciadas pelas tecnologias disponíveis na escola bem como criar dinâmicas que permitam estabelecer o diálogo entre as formas de linguagem das mídias são desafios para a educação atual que requerem o desenvolvimento de programas de formação continuada de professores. (BRASIL, 2007, p. 40)

Nesse sentido, muito se tem investido, tanto pelo Ministério da Educação (MEC) quanto pelas secretarias de educação municipais e estaduais brasileiras, na formação docente para a utilização pedagógica dos recursos tecnológicos. Contudo, apesar dos investimentos realizados pode-se perceber que o avanço tecnológico não significou exatamente uma melhoria da educação pública escolar, como era esperado (SANCHO, 2006).

No Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo Lula, consta o programa de Formação através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) com a oferta de cursos à distância para formação de profissionais da educação não graduados, formar novos professores, além de promover formação continuada/qualificação de docentes da educação básica.

O curso de Mídias na Educação, na modalidade especialização e extensão, tem sido oferecido regularmente nos pólos UAB da Bahia. É um programa de formação à distância, modular, dedicado ao uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação e principais mídias contemporâneas – TV e vídeo,

informática, rádio e material impresso. Os cursos da UAB têm nas TIC importante ferramenta do processo educativo.

No atual contexto educacional, entende-se que já não é mais possível pensar a formação docente sem que estejam presentes as ferramentas tecnológicas, como o computador e a internet. Nesta consideração tem-se que:

Há que se empregar nas ações de formação todos os recursos disponíveis, inclusive as TICs, tendo em vista a criação de comunidades colaborativas que propiciem aos educadores a tessitura de suas próprias redes de inter-relações humanas e de conhecimentos, cuja trama indica a construção de uma sociedade solidária e mais humana (VIEIRA, ALMEIDA; ALONSO, 2003, p. 114).

Silva (2010), em recente pesquisa, abordou as implicações do uso das tecnologias da informação e comunicação para a aprendizagem de alunos do ensino médio de uma escola da rede pública estadual de Salvador. O estudo apontou que a maioria dos docentes entrevistados já havia participado de cursos para uso pedagógico do computador e da internet. Por outro lado, também a maioria deles informou não fazer uso destes recursos na escola, devido à falta de condições estruturais do laboratório de informática (equipamentos com defeitos, falta de conexão a internet, entre outras questões) ou mesmo por sentirem ainda grandes dificuldades para a utilização principalmente do computador e seus *softwares*. O que o estudo retrata conduz à reflexão a um dos pontos basilares da formação de professores – a formação inicial – que tem sido espaço de críticas dos docentes. O foco recai, em especial, na constatação de que muitos dos profissionais que hoje atuam na docência, em escolas públicas de educação básica, não foram preparados para os constantes avanços tecnológicos que se vivencia nos tempos atuais.

Diante desse contexto de transformação e de novas exigências em relação ao aprender, as mudanças prementes não dizem respeito à adoção de métodos diversificados, mas sim à atitude diante do conhecimento e da aprendizagem, bem como a uma nova concepção de homem, de mundo e de sociedade. Isso significa que o professor terá papéis diferentes a desempenhar, o que torna necessários novos modos de formação que possam prepará-lo para o uso pedagógico do computador, assim como para refletir sobre a sua prática e durante a sua prática [...] (BRASIL, 2000, p. 16).

Outrossim, a implementação do uso das TIC na prática pedagógica dos professores tem se esbarrado na dificuldade de aplicação crítica dos recursos tecnológicos de modo a promover a construção do conhecimento do estudante. O professor vê-se desafiado a reinventar a sua prática, sem mesmo sentir-se preparado/qualificado para tal. Dele se espera uma nova postura ante o conhecimento e as concepções de aprendizagem, quando muitos ainda estão firmemente vinculados a um ensino conteudista, que não se comunica nem se relaciona com o mundo.

Contudo, a contemporaneidade e a sua dinâmica social, que implicam enfaticamente no cotidiano escolar, estão postas, o que faz premente a necessidade de um novo olhar para o papel do professor:

[...] o papel do professor terá de ser revisto: deixa de ser o simples transmissor e repassador de um conhecimento já produzido para tornar-se o mediador do conhecimento, o mobilizador de energias, aquele que investiga e aprende junto com os alunos, descobre e favorece o desenvolvimento de talentos, instiga a busca e a descoberta. Em suma, a tarefa de ensinar ganha contornos totalmente novos, uma vez que o professor não é mais aquele que ensina, mas o que viabiliza o processo de aprendizagem dos alunos (ALONSO, 2003, p. 33).

A escola, enquanto instituição com fins educacionais, não obstante com relevante papel social, tem mascarado e legitimado no seu trabalho educativo as condições sociais de dominação e exploração. A concepção que se propagou quando se iniciava a implantação de TIC na escola, tomada como mero instrumental tecnológico, reforçava o distanciamento do sentido de aprender para a autonomia. Neste enfoque o laboratório de informática era utilizado como espaço de preparação dos alunos para o domínio dos recursos da computação e utilização de programas ou *softwares* de maneira mecânica. Isto gerou, equivocadamente, a idéia de que bastava ter um professor que tivesse algum conhecimento de informática ou um maior domínio dos recursos computacionais para atuar com os alunos no laboratório de informática.

Neste entendimento, as escolas foram incluindo à grade curricular, como componente da parte diversificada do currículo, a disciplina Informática Educativa ou Informática Básica. Aos docentes, à frente desta disciplina, coube a preocupação em

orientar os alunos para o conhecimento de conceitos de *hardware* e *software*, do manejo do teclado e da CPU do computador, do acesso e uso de editores de texto e de *slides*, planilhas eletrônicas, entre outros. Deste modo, o computador passou a ser utilizado pelos docentes como mais um recurso tecnológico na escola, tomado de forma tradicional onde não há espaço para a crítica à informação e ao conhecimento.

Entretanto, a aprendizagem tecnológica precisa fornecer subsídios para que os aprendizes ampliem, construam e reconstruam o seu conhecimento de maneira a poderem utilizá-lo nas mais variadas situações e contextos. Neste sentido, o MEC tem estabelecido através do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), as políticas nacionais neste setor, implantadas nas escolas da rede pública estadual pelos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs), que tem como função precípua alavancar a informatização das escolas e a formação dos professores para utilização das TIC nas suas atividades pedagógicas (PASSOS, 2006). Conforme o ProInfo, estes núcleos devem atuar como “[...] apoio ao processo de informatização das escolas, auxiliando tanto no processo de planejamento e incorporação das novas tecnologias, quanto no suporte técnico e capacitação dos professores e das equipes administrativas das escolas” (BRASIL, 1999).

Os NTEs, através do Instituto Anísio Teixeira (IAT) ou em nível nacional pelo MEC oferecem diversas formações para os profissionais da educação cujos conteúdos enfocam desde as necessidades de domínio técnico do computador, como o curso de Informática Básica, a suportes em aplicações pedagógicas das TIC na educação. Há ainda a Formação para Uso Pedagógico do Monitor Educacional, cujo objetivo é familiarizar, motivar e preparar professores do ensino fundamental e médio da rede estadual para a utilização deste equipamento, refletindo sobre as potencialidades pedagógicas desta tecnologia. O Monitor Educacional possibilita a exibição de arquivos digitalizados de áudio, imagem e vídeo através da recepção de grande diversidade de sinais como a TV e o celular.

Os profissionais do NTE são capacitados para auxiliar as escolas em todas as fases do processo de incorporação das novas tecnologias. Ainda, de acordo com o estudo de Silva (2010), a última ação promovida por este núcleo, que impactou em

escolas da rede pública estadual de Salvador, foi o projeto “NTE vai a Escola”. O projeto contou com a parceria do Ministério da Educação – MEC. De acordo com dados da SEC, atendeu a sete municípios e beneficiou 73 escolas em 2008, com o objetivo de promover o desenvolvimento de projetos com uso das tecnologias da informação e da comunicação além de desenvolver a cultura de uso dos laboratórios de informática nas escolas.

Vale ressaltar o relevante espaço ocupado pela telemática que trouxe novas possibilidades para o ensino, interferindo na maneira de se apropriar de informações e conhecimentos. Por este motivo, conforme salienta Valente (2005, p. 23) “o professor deve familiarizar-se com as questões técnicas para a exploração da informática em atividades pedagógicas”. Contudo, em muitos casos, a instrumentalização do ensino tem relegado a gama de possibilidades que as tecnologias podem permitir para a obtenção, criação, articulação de conhecimentos.

Na busca pela aprendizagem efetiva, tecnologias são colocadas a serviço do fazer educativo. Porém, é preciso se ter clareza do que é importante do ponto de vista pedagógico na utilização de qualquer tecnologia no ambiente escolar. E o professor tem neste contexto, importante papel na mobilização e emprego das TIC. Neste sentido, a escola é pensada enquanto espaço de aprendizagem e exercício da cidadania onde o sujeito possa adquirir condições de atuar no manejo e produção de conhecimentos que lhes seja útil não somente para o seu próprio desenvolvimento, mas também para o desenvolvimento da coletividade.

Nessa perspectiva, a escola precisa atuar como ambiente de estímulo ao aprendizado contínuo, à pesquisa, ao domínio de diferentes formas de acesso à informação, à apropriação e produção de conhecimentos, ao desenvolvimento dos saberes.

As facilidades técnicas oferecidas pelos computadores possibilitam a exploração de um leque ilimitado de ações pedagógicas, permitindo uma ampla diversidade de atividades que professores e alunos podem realizar. Por outro lado, essa ampla gama de atividades pode ou não estar contribuindo para o processo de construção do conhecimento (VALENTE, 2005, p. 23).

Pelo exposto, entende-se que os atuais processos de formação de professores precisam dar conta de uma demanda muito contemporânea, impactada pelos avanços tecnológicos, que integram mudanças substantivas nos espaços e na forma como o ensino e aprendizagem acontecem. Nisto evidencia-se a ação docente na mobilização de estratégias que promovam a melhoria da qualidade da educação e, conseqüentemente, o sucesso escolar do estudante.

Diversos estudos desenvolvidos sobre a temática fracasso/sucesso escolar sinalizam como fatores implicados na aquisição do sucesso escolar do estudante: o contexto econômico e social, a motivação do aluno, o trabalho docente, as políticas públicas educacionais e a família. É importante considerar a importância do trabalho docente frente às outras demandas para o alcance do sucesso escolar do estudante.

Então, ampliando para o uso das TIC na escola, é possível apreender que outras dimensões são requisitadas na prática do professor, além do conhecimento da sua matéria de ensino. Também os recursos tecnológicos aplicados à educação podem atuar como motivadores da prática pedagógica, visando contribuir para a aprendizagem do aluno. O que ressalta a importância de se rever as políticas públicas para a formação docente de uso das TIC na prática educativa escolar. A demanda dos professores por uma formação que lhes dê subsídios para atuar criticamente frente às ferramentas tecnológicas aplicadas à educação encontra razão também por conta de que:

Os professores treinados apenas para o uso de certos recursos computacionais são rapidamente ultrapassados por seus alunos, que tem condições de explorar o computador de forma mais criativa, e isso provoca diversas indagações quanto ao papel do professor e da educação. O educador preparado para usar o computador como uma máquina que transmite informações ao aluno através do software pergunta qual será seu papel e o futuro de sua profissão, em uma sociedade em que afloram outros espaços de conhecimento e de aprendizagem, fora do *locus* escolar. (BRASIL, 2000, p. 109).

Do exposto, pode-se apreender que o professor precisa tomar consciência de sua prática e se permitir uma ampla reflexão. Na consideração de que a

aprendizagem ocorre num processo contínuo de construção do conhecimento, o professor, diante das ferramentas tecnológicas, tem um novo desafio: buscar formas de atuação que tenham como norte a formação do sujeito social. O computador ou qualquer outro recurso tecnológico em lugar de encerrar-se em si mesmo, pode servir como meio de ação e reflexão através do qual seja possível dialogar e interferir no mundo.

Num momento em que se amplia a inserção de TIC na escola aumenta cada vez mais a exigência de competências docentes para interagir com este universo informacional. A atuação num ambiente informatizado demanda uma formação docente pautada numa proposta crítica e reflexiva das potencialidades dos recursos tecnológicos na educação. Assim, a formação do professor orientada para uma efetiva utilização das TIC precisa levar em conta quais experiências de aprendizagem serão propiciadas aos alunos para que estes construam a autonomia, exercitem a cidadania e possam inserir-se na sociedade em condições menos díspares de oportunidades.

3 A IMPLEMENTAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA NA ESCOLA

Desde a informatização do ensino, com foco no manejo de teclados, programas, funções, até as possibilidades de desenvolvimento cognitivo com o uso do potencial tecnológico (jogos, softwares, internet), muitas mudanças foram se processando na escola. A implantação dos laboratórios de informática no ambiente escolar trouxe perspectivas de utilização em prol do processo educativo. Neste novo cenário, a informação (e o seu processamento para a transformação em conhecimento) vem se apresentando como principal ativo desta revolução tecnológica.

Este novo meio tecnológico passou a imprimir mudanças no setor educacional que, para acompanhar as transformações sociais, vem se apropriando de recursos

informáticos, como o computador, que podem ser aplicados ao processo de ensino e de aprendizagem. Na realidade brasileira, muito se questionava a respeito dos reais benefícios advindos dos investimentos em tecnologias educacionais:

No Brasil, a área da Informática na Educação não seguiu um percurso diferente do que aconteceu em outros países mais desenvolvidos, embora tenha havido algumas peculiaridades: a defasagem no tempo, a velocidade de disseminação dos computadores nas escolas e um grande questionamento sobre a validade de uso de recursos tão dispendiosos em vista das necessidades e prioridades da Educação (VALENTE, 2002, p.15).

Por essas considerações, além das questões da formação docente para o uso pedagógico dos recursos tecnológicos, tem-se como outro ponto fundamental da crítica às políticas de inserção de TIC nas escolas públicas a não atenção dos organismos responsáveis a aspectos relevantes neste processo de implementação, como as condições, muitas vezes precárias, de funcionamento dos laboratórios de informática e a falta de manutenção dos computadores.

A partir de questionamentos a respeito dos prováveis altos custos e de uma possível não efetividade destas políticas geraram-se especulações sobre as justificativas da sua inserção:

Nos argumentos para justificar a implantação da informática na escola pública não era suficiente enfatizar a melhoria do processo de transmissão de informação ou a preparação do aluno para saber usar a informática. A justificativa, desde o início destas ações, tem sido a possibilidade de mudança na escola: a criação de ambientes usando a informática como recurso auxiliar do processo de aprendizagem, mudando o foco de uma educação centrada na instrução que o professor passa ao aluno, para uma educação em que o aprendiz realiza tarefas usando a informática e, assim, constrói novos conhecimentos (VALENTE, 2002, p.17).

Esta argumentação valida a necessidade de uma educação problematizadora, questionadora, construtiva de conhecimentos com criticidade. Traz a perspectiva de pensar as tecnologias enquanto possibilidade de aprendizagem e melhoria social para além da aquisição do objeto técnico, de uma simples inclusão digital. Antes,

considera-se o imperativo de uma inclusão digital como mecanismo de enfrentamento do processo excludente que tem marcado a sociedade brasileira.

No entanto, ainda há uma insuficiente atenção às questões estruturais para uma efetiva utilização dos laboratórios de informática na escola, o que tem demonstrado a fragilidade desta política. A não atenção a estas questões remete a relevância de se identificar a que demandas – sociais, políticas, econômicas – correspondem as políticas de implantação de laboratórios de informática, no pressuposto dos problemas e benefícios advindos da sua inserção no ambiente escolar.

A educação, um dos direitos a ser garantido pelo Estado, tem na implementação de políticas públicas espaço para a superação de uma inclusão digital com vista a uma inclusão social. Contudo, os projetos e programas para inserção de TIC nas escolas públicas manifestam como estas políticas têm sido tratadas. Apesar dos esforços para democratizar o acesso a estas tecnologias, poucas mudanças têm sido constatadas, muitas vezes pela descontinuidade das ações.

Outrossim, a garantia de direitos, prevista num Estado democrático, tem se confundido com as demandas do mercado, que vem modelando as relações sociais e fixando a desigualdade sócio-econômica, impossibilitando a efetiva democracia. Como referência a este contexto, tem-se as convergências encontradas no pensamento de Marx e McPherson sobre a farsa do modelo democrático.

No entanto, seria mais pertinente indagar se o mal-entendido que torna possíveis a fragilidade democrática, o reformismo liberal e social-democrata, bem como a própria crítica marxista, não se encontra justamente no fato de que a democracia, reduzida à dimensão de um sistema estritamente político, não é percebida como forma da própria vida social. Somente desfazendo esse mal-entendido, ganha sentido a questão acerca das condições sociais da democracia. Estas seriam menos precondições para a democracia, seriam menos condições *dadas (grifo da autora)* para haver democracia, e seriam muito mais a expressão de uma sociedade democrática através de suas próprias instituições (CHAUÍ, 2001, p. 141).

Vale ressaltar que muito se tem realizado no tocante a disseminação dos recursos das TIC nas escolas. No entanto, ainda não foram evidenciadas alternativas para a questão da constante manutenção, necessária ao pleno funcionamento dos equipamentos disponibilizados no espaço do laboratório de informática. À medida que os computadores apresentam defeitos ficam à espera de consertos que muitas vezes não são realizados, resultando no sucateamento das máquinas, o que vem contribuindo para os resultados negativos da inserção das TIC na escola.

Os equipamentos tecnológicos disponíveis na escola (computadores, TV e vídeo, antenas parabólicas), na sua maioria, adquiridos pelo Ministério da Educação e distribuídos às escolas, ao longo dos anos sem renovação, atualização e quase nenhuma manutenção, ficaram obsoletos. Ainda, apresentavam problemas de acesso à Internet, inviabilizando o planejamento e a execução de atividades pedagógicas com o uso desses recursos. (RIBEIRO; CASTRO; REGATTIERI, 2007, p. 12-13).

Como resultado de uma política para inclusão de TIC no espaço escolar, retoma-se a atuação do ProInfo, voltado para a melhoria da aprendizagem na escola. A ação do ProInfo ocorre com a distribuição e instalação pelo MEC de laboratórios de informática nas escolas públicas de educação básica. Contudo, uma infraestrutura deve ser providenciada como condição indispensável para a acomodação do laboratório.

O ProInfo fornece uma garantia de funcionamento dos equipamentos instalados por três anos. Uma das críticas negativas das escolas centra-se neste ponto. Após este período de garantia, cada escola fica responsável pela manutenção dos equipamentos. Isto faz com que, à medida que surjam problemas de funcionamento nas máquinas, estas fiquem por longos períodos aguardando conserto ou sejam abandonadas, já que, em muitos casos, os recursos financeiros recebidos pelas escolas da rede pública estadual são insuficientes para a manutenção dos equipamentos, diante de outras prioridades.

Apesar das exigências do MEC, e do acompanhamento do processo de instalação dos equipamentos, ainda vê-se as máquinas chegarem às escolas para serem instaladas sem as condições físicas e estruturais adequadas. Em muitos

casos, as salas onde são montados os laboratórios não oferecem condições físicas para que o professor possa realizar um trabalho com seus alunos. Em algumas situações, o espaço disponibilizado não possibilita contemplar ao menos metade dos alunos de uma turma. Para o professor fica a questão de como dinamizar e explorar o potencial das TIC sem as mínimas condições de uso do laboratório de informática.

Esse panorama demonstra as já referidas fragilidades das políticas de implantação de laboratórios de informática nas escolas públicas. Estas políticas, que visam melhorias na qualidade da educação escolar, por desconsiderarem outros aspectos da sua implementação acabam por não atingir plenamente os seus objetivos. Ainda assim, no presente contexto educacional, se espera que a escola traduza em qualidade de ensino aos investimentos feitos pelos organismos competentes para este fim na educação.

Outro problema enfrentado pelas escolas, no uso dos laboratórios de informática, diz respeito às dificuldades com a conexão à *web*. Como forma de garantir a comunicação via internet necessária à efetividade de uso das TIC, foi criado o projeto Escola Conectada, do Governo Federal, que tem em foco que as escolas urbanas de todo o Estado sejam conectadas à Internet pela tecnologia de banda larga. Segundo dados recentes do governo federal, mais de 72% das escolas públicas localizadas em área urbana já dispõem de banda larga, através do Programa Banda Larga nas Escolas, resultado da parceria dos Ministérios das Comunicações e da Educação, Anatel e operadoras de telefonia. O cronograma existente prevê o período de execução das conexões até o final do ano de 2010.

O MEC aponta o incremento das TIC como um dos elementos geradores de elevação da aprendizagem e por esse motivo, uma das ações governamentais previstas no PDE do governo federal é a inclusão digital nas escolas. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que estabelece metas de qualidade a serem atingidos pelos sistemas municipais, estaduais e federal de ensino, os resultados obtidos para o ano de 2009 apontam melhoria do desempenho geral dos alunos do ensino médio da rede estadual baiana, considerando a meta projetada e o índice alcançado.

De acordo com Saviani (2007, p. 1242) “o que confere caráter diferenciado ao IDEB é a tentativa de agir sobre o problema da qualidade do ensino ministrado nas escolas de educação básica, buscando resolvê-lo”. As projeções do IDEB para o ensino médio da rede pública estadual de 2,7 para o ano de 2007 e 2,8 para o ano de 2009, de acordo com o indicador foram superadas alcançando 2,8 e 3,1 respectivamente. O que evidencia, em termos de média, que houve melhoria na qualidade do ensino público. Entretanto, os resultados assim vistos não revelam as distorções encontradas nas diversas localidades baianas, inclusive das condições díspares de escolas para escolas até mesmo nos grandes centros urbanos, como é o caso de Salvador.

Figura 1: IDEB rede estadual, resultados e metas 2005-2021, Bahia.

Estado	Ideb Observado			Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Bahia	2.7	2.8	3.1	2.7	2.8	3.0	3.3	3.6	4.1	4.3	4.5

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/Site/> (adaptado)

Nestes resultados insere-se um conjunto de ações de incentivo a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem. Entre estas, se inclui a inserção de recursos tecnológicos na escola. Na consideração do cenário atual de implementação de laboratórios de informática nas escolas públicas – que, ainda, apresentam dificuldades políticas e pedagógicas – verifica-se a necessidade de se fazer intervenções com vistas a uma utilização efetiva destes espaços para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

CONCLUSÃO

Pelas reflexões suscitadas no decorrer deste trabalho faz-se importante salientar que a melhoria da qualidade da educação perpassa pela constituição de políticas públicas que visem efetivamente à melhoria das condições de formação e participação social dos sujeitos.

Para isto, faz-se necessária uma atenção para que as TIC sejam empregadas para uma ação educativa que promova mudanças substanciais nos sujeitos e contribuam para redefinir qualitativamente suas possibilidades de desenvolvimento social. Neste pressuposto, a formação docente para o uso pedagógico das TIC precisa ser repensada, no sentido da ênfase à aprendizagem e a construção do conhecimento, trazendo a integração entre informática e educação.

Para o professor, a atuação nessa perspectiva, implica em rever os seus conceitos e a maneira de propor os desafios de aprendizagem. Mas, também requer mudanças na escola e nos paradigmas que orientam a prática de uso dos recursos tecnológicos.

Nesta proposição, é preciso se considerar além dos resultados escolares a serem avaliados e medidos por indicadores diversos, mas, principalmente, urge buscar o conhecimento necessário para intervir na superação dos obstáculos gerados por uma política ainda ineficiente de implantação de laboratórios de informática nas escolas públicas estaduais.

O enfrentamento dos possíveis desafios impostos na utilização das tecnologias da informação e comunicação, não como meras ferramentas de inclusão digital, no seu sentido mais limitado, mas de inclusão qualitativa aos meios tecnológicos, pode significar resultados positivos para uma efetiva melhoria da qualidade da educação na escola pública.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes. A Gestão: administração educacional no contexto da atualidade. In: VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes (Orgs.). **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003, p.23-37.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: bases legais**. Brasília: SEF, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa nacional de informática na educação**. Brasília: SEED, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa nacional de informática na educação: diretrizes**. Brasília: SEED, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, A; CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. M. G. **Tecnologias na Sala de Aula: uma experiência em escolas públicas do ensino médio**. Brasília: UNESCO, MEC, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

SANCHO, J. M.; HERNÁNDEZ, Fernando. **Tecnologias para transformar a educação**. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2006. 200p.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html> Acesso em: 18 abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**. Vol. 28, n.100. Campinas, out. 2007. p. 1231-1255. Artigo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=50101>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

SILVA, Sidneia Coelho. **A aprendizagem na escola com o uso das tecnologias**

da informação e comunicação: desafios e perspectivas. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010

VALENTE, José Armando. **Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador:** o papel do computador no processo ensino-aprendizagem. Brasília: SEED, 2004.

_____. **Informática na educação no Brasil:** análise e contextualização histórica. Valente, José Armando (Org.). **O computador na sociedade do conhecimento.** Campinas: Nied, 2002.

_____. Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador: o papel do computador no processo ensino-aprendizagem. In: ALMEIDA, M. E. B de; MORAN, J. M (Org.). **Integração das tecnologias na educação.** Brasília: Ministério da Educação, SEED, 2005.

VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes (Org.). **Gestão educacional e tecnologia.** São Paulo: Avercamp, 2003.